SÚMULAS VINCULANTES E PERSUASIVAS: DA SEGURANÇA JURÍDICA E OS MECANISMOS DA COMMON LAW

BINDING AND PERSUASIVE PRECEDENTS: THE LEGAL SECURITY AND THE COMMON LAW MECHANISMS

Olivie Samuel Paião¹

Luiz Henrique Barbante Franzé²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a inserção de súmulas no Código de Processo Civil de 2015, e como isso reflete no princípio da Segurança Jurídica e a adoção dos mecanismos da *common law* na criação e revisão das súmulas. Abordar-se-ão os conceitos de segurança jurídica, sua contextualização, bem como um breve histórico da origem das súmulas, compreendendo desde os assentos portugueses até o presente momento e a inserção das súmulas persuasivas e vinculantes no atual CPC. A metodologia constou de pesquisas bibliográficas. Os dados obtidos foram analisados utilizando-se do método hipotético dedutivo. Por fim, demonstra-se no último capítulo que, para que a intenção do legislador efetive a segurança jurídica com a inserção das súmulas no CPC, faz-se necessário uma intervenção dos mecanismos da *common law* na construção e revisão das súmulas - *distinguishing*, *overruling* e *ratione decidendi*.

Palavras-chave: Súmulas Persuasivas. Súmulas Vinculantes. Código de Processo Civil. Assentos. Segurança Jurídica.

ABSTRACT

¹Mestrando do programa de Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (univem); Bacharel em Direito pela Universidade de Oeste Paulista (UNOESTE), em Presidente Prudente SP; membro do grupo de pesquisa CODIP do Centro Universitário de Marília; atualmente é advogado militante na cidade de Presidente Prudente SP – E-mail olivie2007@hotmail.com

²Pós-Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2011), doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006), mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru (2001), graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru (1990). Atualmente é advogado militante; professor nos programas de mestrado e graduação do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha (UNIVEM) e professor na graduação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP); Líder do grupo de pesquisa Constitucionalização do Direito (CODIP); Relator na 10ª Turma do Tribunal de Ética da OAB-SP. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional e Processual Civil. E-mail hbfranzegmail.com.

The present work aims to present a reflection on the insertion of precedents in the 2015 Code of Civil Procedure, and how this does not reflect the principle of legal certainty and the application of *common law* mechanisms in the creation and revision of precedents. To address the concepts of legal certainty, their contextualization, as well as a brief history of the origin of the precedents, understand from Portuguese languages to date and the insertion of persuasive and binding precedents in the current CPC. The constant methodology of bibliographic research. The selected data were analyzed using the hypothetical deductive method. Finally, demonstrate whether the last chapter, in order for the legislator's intention to effect legal certainty and the insertion as precedents in the CPC, requires the intervention of *common law* mechanisms in the construction and revision of the precedents-the *distinguishing*, *overruling* e a *ratio decidendi*.

Key-words: Persuasive Precedent. Binding Precedent. Code of Civil Procedure. Seats. Legal Security.

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, há uma busca incessante pela uniformização da jurisprudência, pacificação dos entendimentos do judiciário, a fim de se evitar as mais diversas decisões e discrepâncias dentro de um mesmo poder.

Contudo, conforme os anos foram se avançando a tendência em unificar os entendimentos foi ascendendo dentro dos mais variados ordenamentos jurídicos, isto é, foi tomando proporção.

Conforme se avançava a ideia de se atingir entendimentos unificados, começava ocorrer mudanças nos regulamentos, legislações e/ou ordenações que vigiam à época em cada País.

O Brasil, por muito tempo utilizou-se dos institutos dos Assentos, que veio com as Ordenações Filipinas. Essa subordinação se prolongou até mesmo quando dá extinção do instituto (nos moldes iniciais que se aplicava) no direito português, tendo aplicação observada, inclusive pelo STJ, após a recepção dos Assentos por meio de decreto legislativo.

No Brasil, a figura dos Assentos deixa de ter sua validade com a promulgação da Constituição Republicana, surgindo-se assim, a figura dos prejudgados, visando o não conflito interpretativo pelos julgadores.

A jurisprudência, hoje plenamente aceita como fonte do direito, também começou a ser utilizada, pois composta por decisões de magistrados, visando à uniformização de decisões, com base nos casos reais/concretos.

Com a utilização dos prejudgados e a fonte do direito (jurisprudência) ainda se havia divergências, e então, em 1963, pelo Ministro Victor Nunes há o surgimento da súmula. Tendo em vista que a uniformização jurídica de decisões e entendimentos não se cessava, este ministro idealizou a denominada Súmula da Jurisprudência Predominante do STF.

Estas súmulas, elucidadas por meio de verbetes, inicialmente eram apenas persuasivas, afinal a constituição vigente era a de 1946 e o STF não teria poder para atribuir poder vinculante. A súmula foi inserida no ordenamento jurídico, de forma positivada em 1973, no Código de Processo Civil, mas não eram leis, e sim verbetes auxiliares, cujo objetivo era diminuir vários entendimentos sobre uma mesma norma.

Até que em 2004, com a Emenda Constitucional nº 45 surgem as súmulas vinculantes- que de forma impositiva deve ser observada por outros órgãos, nas mais diferentes instâncias, estando alojada sua observação em dispositivo constitucional- art. 103-A, CF/88- cabendo reclamação ao STF, quando não se aplicar uma súmula vinculante, se ela cabível ao caso concreto, em razão da sua eficácia e os elementos criteriosos para sua feitura.

Tendo em vista a aplicabilidade das súmulas, sejam elas persuasivas ou vinculantes, no ordenamento jurídico vigente, os legisladores, inseriram-nas no Novo Código de Processo Civil, objetivando a efetivação e garantia do princípio da segurança jurídica, posto que daria maior visibilidade às súmulas STJ ou STF, a fim de garantir sua aplicação, contudo, sem se certificar que o atual código de processo civil encontra-se voltado a sistemática de precedentes judiciais vinculantes, assim, uma nova roupagem deve ser dada às súmulas, para atender da melhor forma o princípio da segurança jurídica.

Desta forma, após o breve introito, o presente trabalho, a partir de uma pesquisa bibliográfica, valendo-se do método hipotético dedutivo e da historicidade, visa a tratar da previsibilidade das súmulas vinculantes no CPC de 2015 e como a adoção de mecanismos utilizados nos precedentes da *common law* aplicados às súmulas podem trazer maior segurança jurídica ao judiciário brasileiro.

DA SÚMULA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Para se compreender a correlação da segurança jurídica com a previsibilidade de súmulas no novo CPC, faz-se necessário que seja explanado o que vem a ser súmula, seu breve histórico, a sua classificação, a aplicabilidade em nosso ordenamento jurídico, em aspectos gerais, para que, posteriormente, se adentre ao mérito do presente trabalho.

DA APLICAÇÃO DOS ASSENTOS E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

O instituto dos assentos, em Portugal, conforme ensina Medeiros, surgiram após a metade do século XII, mas ainda nada que fosse plenamente concreto, e primeiramente denominado por instituto das “façanhas”.³

No século XVI, o direito português passava por uma instabilidade geradora de insegurança jurídica, posto que se tinham normas ditadas pelo direito comum que conflitavam com o disposto pelas leis nacionais. A legislação que o Rei editava visava a esclarecer ou dispor de forma contrária ao que era previsto pelo direito comum, mais especificamente o direito *justianeu*, no âmbito do direito privado⁴.

Tendo em vista a insegurança que assolava o espaço decisório e o Reino, foram criados os Assentos da Casa de Suplicação – em que este órgão deliberava sobre questões problemáticas e controversas no ordenamento português, com caráter vinculativo às interpretações do Reino⁵. Em acréscimo, a Casa de Suplicação possuía dois colégios, em que um era constituído de sobrejuízes e o outro com desembargadores-agravistas⁶.

Muito se buscou para uniformizar a jurisprudência no direito português, o instituto dos Assentos, elaborados pela Casa de Suplicação foi um dos instrumentos que concretizou uma estabilização de decisões, afinal, por seu caráter vinculativo, buscava estabelecer uma forma de interpretação frente às divergências nos órgãos julgadores, e assim como estabelecia

³Nas palavras de Medeiros, o primeiro *assento* se deu em fevereiro de 1523, cuja elaboração se deu em Évora: Estingue-se a pena de marca de ferro no rosto. Estando El-Rey, Nosso Senhor, em Relação, determinou com parecer do Regedor e Desembargadores, que presentes erão, que a Ordenação, que Hei feita sobre o ferrar do rosto do que alguns furtos fazer na Côte, ou na cidade de Lisboa, não haja daqui avante lugar, nem se guarde, visto como se não deve afeiar a face do homem, por ser a melhor cousa que nelle há, e não somente este constrangimento da Ordenação se entenderá nos malefícios, que daqui por diante dorem cometidos, mas ainda naqueles que cometidos são. MEDEIROS, Mônica Jaqueline Sifuentes. **Súmula Vinculante: Um estudo sobre o poder normativo dos tribunais**. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 189.

⁴*Ibidem*, p. 189.

⁵ MANCUSO, Rodolfo de Carmargo. **Divergência jurisprudencial e súmula vinculante**. 3ª ed. rev., atual. eampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

⁶FRANZÉ, Luis Henrique Barbante. **Agravo frente aos pronunciamentos de primeiro grau no processo civil**. São Paulo: Juruá, 2012, p. 63.

a interpretação a ser aplicada, objetivava fulminar as dúvidas existentes no ínterim das Ordenações. Os julgados pelo Judiciário depois de numerados e assinados eram postos no Livro Verde (ou Livro dos Assentos), regidos pela Casa de Suplicação⁷.

Em outras palavras, tinha como objetivo criar uma forma mais restrita de análise e julgamento, a fim de se evitar as contradições e decisões conflitantes pelos mais diferentes órgãos julgadores, trazendo, inclusive, uma penalidade para quem ousasse trazer uma interpretação divergente da vinculada pelos assentos da Casa da Suplicação.

O Brasil, ainda quando colônia portuguesa, como no período do Império, que surgiu com a Constituição do Império em 1824, por influência das Ordenações Filipinas-código que constituiu base do direito de Portugal, e influenciou a tomada de decisões no Brasil- se subordinava aos assentos portugueses. Essa sistemática foi ratificada pela Lei da Boa Razão, de agosto de 1769, mas extinta em 1822 pelo órgão Mesa Grande da Relação, que integrava a Casa da Suplicação⁸. Os efeitos da extinção se aplicaram ao direito português, pois como dito alhures, no Brasil duraram alguns anos a mais, mesmo com a independência proclamada, protelando os efeitos trazidos pelas Ordenações Filipinas, por não encontrar obstáculos no direito pátrio e essa legislação não vinha de encontro aos anseios da independência que estava proclamada⁹.

Ainda que houvesse críticas o Supremo Tribunal continuou a denominar de assentos os acórdãos proferidos pelo Pleno. Até que em 1939, o Código de Processo Civil de Portugal adotou a terminologia usada pelo Supremo: assentos- por conta dos costumes da jurisprudência. E em 1961 surgiu o atual Código de Processo Civil de Portugal, que manteve o transcrito pelo Código de 1939, alterando, no entanto, a mutabilidade do decidido nos assentos, muito se assemelhando aos primeiros assentos instituídos pela Casa da Suplicação, sendo posteriormente ratificada essa alteração no Código Civil Português¹⁰.

⁷ STRECK, Lenio Luiz. **Súmulas no direito brasileiro**: Eficácia, poder e função. A ilegitimidade constitucional do efeito vinculante. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1998, p. 79.

⁸Essa dupla eficácia dos assentos viria, na sequência, reafirmada pela famosa Lei da Boa Razão, de 18.08.1769. MANCUSO, Rodolfo de Carmargo. **Divergência jurisprudencial e súmula vinculante**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 199.

⁹[...]” e dessa forma “confirmou-se que as normas portuguesas teriam validade em tudo que não houvesse sido revogado pela legislação pátria”. FRANZÉ, Luis Henrique Barbante. **Agravo frente aos pronunciamentos de primeiro grau no processo civil**. São Paulo: Juruá, 2012, p. 67.

¹⁰NETO, Osly da Silva Ferreira. **Os assentos no direito português e as súmulas no direito brasileiro**: efetividade, segurança e imobilidade. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/osly_da_silva_ferreira_netto.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019

O acórdão de nº 810/1993, proferido pelo Tribunal Constitucional declarou que tal literalidade era inconstitucional, posto que o poder de lei era conferido pela Constituição Federal daquele país. Assim, não se extinguiu os assentos e sua aplicação, mas derrocou a imutabilidade e plena aplicabilidade que tinham devendo ser interpretados à luz do Código de Processo Civil de 1939.

Alguns anos depois algumas modificações e adequações foram feitas, a fim de fazer valer o direito, de forma que os assentos não fossem forçosos ou plenamente vinculantes.

O Direito Português teve constantes mudanças até chegar a sua situação atual. Com todos os acontecimentos supracitados, vislumbra-se que se preocupavam em garantir a segurança jurídica, ainda que de forma confusa- seja adotando um instituto em suas mais variadas formas e em momentos distintos ou declarando inconstitucional letra de lei por meio de acórdão-, em que os assentos eram os instrumentos utilizados para se fazer valer um único entendimento, com a finalidade de se evitar muitas decisões conflitantes, contraditórias e por fim, insegurança.

As súmulas no direito brasileiro foram adotadas para que houvesse uma uniformização da jurisprudência, pois os assentos não mais prevaleciam em nosso ordenamento por conta da Constituição Republicana, como será exposto no próximo subcapítulo.

DO SURGIMENTO DA SÚMULA NO DIREITO PÁTRIO

Com a Constituição Republicana de 1891, promulgada em 1889, se teve a extinção dos Assentos, bem como os poderes inerentes à sua elaboração e seu poder vinculatório. No entanto, não se cessou a intenção em manter um padrão uniforme de decisões e/ou julgados.

Assim, com a retirada dos Assentos e o desejo contínuo por uma uniformização, antes do surgimento das súmulas- que se dará pelo Ministro Victor Nunes Leal, em 1963- se teve o surgimento dos prejudgados, instituto este que objetivava a dar interpretação às normas que tivessem entendimentos hermenêuticos diversos ante o poder decisório do magistrado.¹¹

¹¹ Neste sentido, bem ensina Reis (2009, p. 84): Após o desaparecimento dos *assentos* do Supremo Tribunal de Justiça do Império, não recepcionada pela Constituição da República em 1891, um procedimento semelhante veio a ser adotado no Brasil, a saber o prejudgado. Tal ocorreu, primeiro, no Direito Processual Civil, pelo

E há de se falar ainda, na jurisprudência, que leva aos caminhos do surgimento da súmula, pois estão atreladas. A jurisprudência é fonte formal mediata, que deriva de decisões dos magistrados nos mais diversos graus e o conteúdo que essas trazem, formando, em tese, um entendimento, por meio destas decisões de qual vem sendo o posicionamento do judiciário perante alguma matéria. Na feitura da jurisprudência todos concorrem, seja o judiciário, por intermédio de seus magistrados que tem o poder decisório, seja pelas pessoas que submetem suas relações privadas ao crivo decisório estatal, especificamente o judiciário, até mesmo pelos envolvidos que têm capacidade de argumentar, criar teses e defesas, etc. “A jurisprudência designa a circunstância de, em vários casos concretos, várias decisões se darem num único sentido, firmando o posicionamento uniforme com base na identidade”¹².

Com o uso constante da jurisprudência, surge, então, a súmula. Em 1963, com o Ministro Victor Nunes Leal, figurando como relator idealiza a chamada Súmula da Jurisprudência Predominante no Supremo Tribunal Federal¹³, no ordenamento jurídico brasileiro. Conforme será estudado a seguir, tratavam-se inicialmente de verbetes para o fim de proporcionar melhor segurança jurídica nas decisões e a uniformização dos entendimentos dos Tribunais Superiores.

Súmula Persuasiva

Com as muitas jurisprudências que exurgiam, se afluía ainda mais a vontade em uniformizá-las, a fim de se evitar nova instabilidade jurídica e conseqüentemente a insegurança.

Como exposto no tópico anterior, o Ministro Victor Nunes Leal em 1963 idealiza a primeira súmula a compor o STF, súmula esta que não adentrou desde logo o ordenamento jurídico.¹⁴

Código Instrumentário de 1939, e depois na Justiça do Trabalho, quando o assunto foi tratado pelo Decreto-Lei de nº 5.452, de 01.05.43, a Consolidação das Leis do Trabalho. O *prejulgado* difere do *assento* e também da *súmula*, eis que o mesmo se contém um pronunciamento prévio quanto à interpretação da norma diante de um real ou iminente conflito na hermenêutica a ser produzida em face de situações concretamente postas à decisão judicial.

¹²Conforme dispõe Djanira de Sá, em sua obra **Súmula Vinculante: análise crítica de sua adoção**. Belo Horizonte: Editora Livraria Del Rey, 1996, p. 44.

¹³*Ibidem*, 45-46.

¹⁴ Explica Streck (1998, p. 109): Embora prevista pela primeira vez em lei no Direito brasileiro em 1973, no citado artigo 479 do Estatuto Adjetivo Civil, a Súmula já tinha sido adotada pelo Supremo Tribunal Federal desde o ano de 1964. De fato, organizada pelos Ministros Gonçalves de Oliveira, Victor Nunes Leal (relator) e

Como à época da feitura desta súmula a constituição vigente no Brasil era a de 1946, não cabia ao STF dar força vinculante aos verbetes da súmula, e o próprio Ministro Victor Nunes não entendia que a força vinculatoria seria a melhor tomada de decisão, dando efeitos definitivos e normativos obrigatórios¹⁵.

Os verbetes de súmula ou enunciados não tinham um caráter obrigatório, no entanto, demonstravam um entendimento dominante do próprio STF, logo era a forma mais segura de se decidir, tendo uma apreciação diferenciada os recursos ou petições que usavam como fundamento essas súmulas.

Entende, no campo processual, súmula como um “enunciado consolidador já pacificado de um tribunal sobre assunto determinado”¹⁶.

A súmula foi inserida, posteriormente, na lei de nº 5.869/73 (antigo Código de Processo Civil), sendo tipificada no artigo 479 daquele, e de acordo com Lênio Streck (1998), essa inserção se deu por conta da frustração em trazer a figura dos assentos à tona novamente, e por assim se inseriu a súmula com caráter persuasivo.

De acordo com Mancuso¹⁷, a súmula persuasiva, ou também não vinculante, não é impositiva, mas seu caráter é de persuasão, isto é, auxiliar e influenciar na convicção do magistrado para que julgue de acordo com o verbe da súmula, posto que nela se tem um entendimento reiterado e consolidado dos Tribunais. Assim, ante um conflito de teses jurídicas, o Tribunal *ad quem* tenderá a julgar de acordo com o disposto na súmula, em razão da matéria já ter sido discutida e firmada por aqueles julgadores.

Assim, pode-se afirmar que a súmula não é lei, mas verbetes que auxiliam no julgamento, por ser entendimento das Cortes. Dessa feita, não pode se considerar de caráter cogente ou obrigatório, mas que seu real objetivo é unificar os entendimentos jurisprudenciais, ou ao menos diminuir os vários entendimentos da norma, corroborando para uma maior efetividade do direito e da própria segurança jurídica.

Em regra, as súmulas emanadas do STJ ou STF terão caráter persuasivo, com a característica instrutiva para orientar os magistrados e ministros. Reitera-se mais uma vez que

Pedro Chaves, em janeiro daquele ano, com verbetes aprovados em sessão plenária de 13 de dezembro, as Súmulas passaram a vigorar a partir de 1º de março de 1964.

¹⁵REIS, Antonio Carlos Palhares Moreira. **A súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal**. Brasília: Editora Consulex, 2009.

¹⁶*Ibidem*.

¹⁷MANCUSO, Rodolfo de Carmargo. **Divergência jurisprudencial e súmula vinculante**. 3ª ed. rev., atual. ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

estas não possuem poder vinculante, caráter este que surgiu apenas com a EC 45/2004, nas denominadas súmulas vinculantes.

Súmula Vinculante

Diferentemente das súmulas persuasivas, as vinculantes surgiram em um momento diverso daquelas. A aplicação do caráter vinculante advém de muitas tentativas frustradas, sendo a última no anteprojeto do CPC de 73.

Sucintamente, em 1992, com o projeto de emenda constitucional que foi apresentado (nº96/1992) tem se a intenção de inclusão do efeito vinculante, bem como alteração do art. 102 da CF.¹⁸

Contudo, à época de sua discussão não entrou em vigor a súmula vinculante, tendo o projeto sido arquivado e desarquivado no mesmo ano, tendo a relatoria sido transferida, até que após anos de apreciação do projeto, promulgou-se em 2004 a EC nº 45, conhecida como a Reforma do Judiciário, modificando e incluindo outros dispositivos à Constituição Federal.

Assim, em 2004 passa a existir no Direito Pátrio a figura da súmula vinculante- com certo impulso das súmulas persuasivas que já integravam o sistema jurídico- por conta da demasia de processos que já abarroavam os tribunais, colaborando com a morosidade e indo contra a celeridade e eficiência processual.

A súmula vinculante é um instrumento que, diferentemente das persuasivas, têm como característica a vinculação de outros órgãos e que estes devem agir de acordo com o previsto na súmula vinculante, posto que esta objetiva impossibilitar conjecturas diferentes à sua disposição, atendendo a isonomia e evitando desigualdades e impedir as mais variadas interpretações (divergentes) pelos magistrados.¹⁹

¹⁸ Neste vértice, SOMARNI E SANTANDER (2008, p. 75): A primeira tentativa nesse sentido ocorre durante a tramitação da proposta de Emenda Constitucional 96/92, de autoria do deputado Hélio Bicudo, e apareceu amiúde em vários tópicos do texto substitutivo proposto, em junho de 1996, pelo deputado Jairo Carneiro, relator da Comissão Especial destinada a oferecer parecer à PEC 96/92. Pelo substitutivo em questão, o caput do art. 98 da CF passaria a ter a seguinte redação: O Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo do disposto no art. 107, § 2º, e os Tribunais Superiores, após decisões reiteradas da questão e mediante o voto de três quintos dos seus membros, poderão editar súmulas com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário submetidos à sua jurisdição e à Administração Pública Direta e Indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como, proceder a sua revisão ou cancelamento.

¹⁹ De acordo com Moraes (2008, p. 570), a súmula vinculante visa a “drástica redução do número de processos e a célere pacificação e solução uniforme de complexos litígios, que envolvam toda a coletividade e coloquem em confronto diferentes órgãos do Judiciário ou este com a administração pública”.

Assim a EC nº 54 tratou de incluir o art. 103-A na Constituição Federal, dando previsibilidade a súmula vinculante, sendo que para garantir que seja respeitado o efeito vinculante desta súmula, dispõe o parágrafo §3º a possibilidade de reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, a peculiaridade *erga-omnes* que detém a súmula vinculante tinha por objetivo a garantia de maior segurança jurídica, posto que atenderia ao princípio da isonomia, evitando-se a discrepância de decisões e entendimentos dúplices ao um mesmo tipo de caso.

A quem negar atendimento a súmula vinculante ou aplicá-la indevidamente, caberá ao prejudicado reclamar ao STF, conforme o art. 103-A, §3º, da CF, e Lei 11.417/2006- que dá sua regulamentação.

Dessa forma, caberá reclamação a Corte Superior, especificamente ao STF, pois é deste a competência de análise e, conforme se extrai do dispositivo legal, não há prejuízo outros meios de impugnação- a mero título de exemplo, o Mandado de Segurança- pois aqui deve prevalecer o efeito vinculante da súmula.

Da Segurança Jurídica Como Fundamento Para Adoção Das Súmulas

O escopo do ordenamento jurídico desde os tempos mais remotos foi garantir uma uniformização das decisões e atingir a segurança jurídica.

O princípio da segurança jurídica é inerente à própria essência de Estado Democrático de Direito e visa a literal segurança do ordenamento, andando lado a lado com a justiça, para garantir a mais límpida aplicação da norma, respeitando os direitos individuais, transindividuais e metaindividuais, buscando uma estabilidade jurídica, com objetivo e consequência de eliminar as incertezas que permeiam o judiciário e que geram perplexidades, (más) surpresas e inseguranças.

A segurança jurídica não pode ser pinçada de uma norma constitucional ou infraconstitucional, posto que é da essência do próprio Direito, não podendo ser dada uma interpretação restrita a esse princípio. Nesse sentido, Mellodispõe que “este princípio não pode ser radicado em qualquer dispositivo constitucional específico. É, porém, da essência do

próprio Direito, notadamente de um Estado Democrático de Direito, de tal sorte que faz parte do sistema constitucional como um todo²⁰.

A existência deste princípio constitui pressuposto de bom funcionamento do ordenamento jurídico e suas complexidades. A Justiça é o maior objetivo do Direito, e a segurança jurídica existe para que este objetivo seja atingido. No mais, o indivíduo deve se sentir seguro ao ver toda positividade jurídica a seu favor. Assim, a segurança jurídica além de existir para a concretização da justiça, corrobora para que os indivíduos tenham ciência das consequências dos seus atos e possam, dessa forma, desenvolver as relações pessoais, profissionais e sociais²¹.

Tendo em vista que o judiciário brasileiro tem sido utilizado, há muito tempo, como meio primário de resolver conflitos, em razão da cultura da litigância, começou a ficar abarrotado de demandas, sendo um dos que têm mais processos pendentes de julgamento no mundo, que se acumula na casa dos milhões- apenas na Justiça Estadual, de acordo com a Justiça em Números de 2018, se concentram 63.482 milhões de processos pendentes²².

Ante o cenário assustador, com a criação das súmulas, a segurança jurídica seria mais eficaz, tendo em vista que vários processos seriam resolvidos, desafogando o judiciário e levando uma decisão “equânime” às partes.

No mais, pela quantidade de processos, em diversos tribunais e juízes, a súmula veio, também, com a tentativa de diminuir o que denominados de jurídico de loteria, isto é, a depender do local em que está o processo há uma decisão que não se assemelha com a de outra jurisdição.²³

²⁰MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 17ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 118.

²¹A segurança, de fato, é um valor que desde sempre tem desempenhado papel de um dos objetivos do direito. O homem sempre está a procura da segurança e o direito é um instrumento que se presta, em grande parte, ao atingimento desse desejo humano. Por meio do direito, procura-se tanto a segurança no que diz respeito ao ordenamento jurídico como um todo, quanto no que tange às relações jurídicas individualizadas. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; et al. **Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo**. 1. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 519.

²²Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87512-cnj-apresenta-justica-em-numeros-2018-com-dados-90-tribunais>. Acesso em 30 Maio 2019.

²³ A Ausência de unidade na jurisdição gera insegurança jurídica na medida em que os juízes (estaduais e federais) de primeiro grau e os desembargadores estaduais e federais não são obrigados a adotar os entendimentos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, pois não há unidade de entendimento de matéria de Direito em nosso sistema judiciário, o que provoca a solução diversa a causas semelhantes, desrespeitando-se a máxima *treatlike cases alike*. PANUTTO, Peter. **Precedentes judiciais vinculantes: o sistema jurídico-processual brasileiro antes e depois do código de processo civil de 2015** (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). 1ª ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2017, p. 63.

Ocorre que, ainda não há o devido respeito às súmulas, posto que pelo que parece os litigantes não se sentem confortáveis com os julgamentos em primeira instância e sentem a necessidade de recorrer às instâncias extraordinárias para terem reafirmado o seu julgamento. Num contexto geral, não se disseminou, ainda, a cultura da observância do precedente no Brasil, pois se houvesse, não seria necessário que o STF ou STJ abrisse as portas para todos os casos que conseguissem chegar à instância extraordinária.

A falta de observância às matérias sumuladas implica em soluções diversas para casos semelhantes, gerando aumento de recursos, insegurança jurídica e quebra ao princípio da igualdade.²⁴

As cortes superiores devem ser tidas como instâncias de interpretação, feitoras de precedentes e normas vinculantes- como o caso das súmulas- e assim respeitadas²⁵. Se assim fosse, parece certo dizer que o judiciário daria mais atenção às decisões e matérias vinculantes e precedentes existentes, e os jurisdicionados não inflariam ainda mais as instâncias extraordinárias.

Para Tiago Asfor Rocha, a visão do legislador, na elaboração do sistema legal, considerou a força e importância das decisões judiciais para suprimir lacunas jurídicas, e nessa dimensão salvaguardar a segurança jurídica e a igualdade.²⁶

Assim, a adoção da súmula como meio de redução das demandas e de propagar o entendimento das cortes superiores visa a segurança jurídica, a previsibilidade, a estabilidade das decisões e a garantia de decisões isonômicas, tendo, inclusive, previsibilidade constitucional.

²⁴ Sobre isso, Humberto Ávila afirma que os casos devem ser resolvidos de forma igual, para que não haja diferenças entre os julgamentos e consequente diferenciação entre as pessoas que têm objetos semelhantes de litígios, em suas palavras “As normas, gerais e abstratas, devem ser aplicadas de maneira uniforme e impessoal, sem a consideração da pessoa, os cidadãos que se encontram em situação equivalente deverão receber igual tratamento”. In **Segurança Jurídica**: entre permanência, mudança e realização no direito tributário. São Paulo: Malheiros Editores, 2012, p. 229-230.

²⁵ MITIDIERO, Daniel. **Cortes Superiores e Cortes Supremas**: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 81.

²⁶ Em suas palavras: Além dessas decisões com efeito vinculante sobre os órgãos integrantes da estrutura do judiciário e da Administração Pública (como é o caso do enunciado sumular vinculante e das decisões proferidas no âmbito do controle de constitucionalidade), o legislador ordinário também visualizou o crescente fortalecimento das decisões judiciais, as quais cada vez mais têm demonstrado o seu importante papel ao apenas no preenchimento de lacunas jurídicas, mas fundamentalmente na preservação de valores constitucionais como o da segurança jurídica e da isonomia entre os jurisdicionados. LIMA, Tiago Asfor Rocha. Primeiras impressões sobre os Precedentes Judiciais no Projeto do Novo Código de Processo Civil. In: **Revista Legislativa**, vol. 48, nº 190, tomo II, p. 279-291. São Paulo, abr/jun.2011.

DA ADOÇÃO DOS MECANISMOS DOS PRECEDENTES: *RATIO DECIDENDI*, OVERRULING E DISTINGUISHING

O intuito da súmula vinculante é positivo, ao se buscar fazer irradiar a todo ordenamento o entendimento das cortes superiores a respeito de determinada matéria, fazendo com que todos os órgãos inferiores sigam o posicionamento adotado.

Atualmente, como dito anteriormente, as súmulas vinculantes determinam um entendimento consolidar acerca de determinada matéria, desde que, conforme a redação do art. 103-A, §1º, da Magna Carta, se pautem em norma cuja controvérsia seja atual e que acarrete grave insegurança jurídica, bem como a multiplicidade de processos sobre questão semelhante.

Mas levanta-se questionamento para o que seria controvérsia atual como pressuposto de criação de uma súmula vinculante. Não se devendo entender por controvérsia atual a matéria iminente de discussão no STF ou que está em discussão. Ela é “atual quando há discussão, contemporânea, acerca da precisa *ratiodecidenti*”²⁷ que versam sobre uma mesma questão constitucional.

A clareza da *ratiodecidenti* serve para a tutela da segurança jurídica, e por este motivo deve ser clara, a fim de evitar novas discussões sobre a mesma questão de direito. Ocorre que no âmbito da edição da súmula vinculante não há muito apego às estruturas do precedente e, conseqüentemente, não há implementação da *ratiodecidenti*²⁸ nas súmulas vinculantes, limitando-se a um verbete sobre determinada matéria, mas sem trazer, em seu conteúdo, as razões que determinaram a sua criação.

A importância de se ter a *ratiodecidenti* em forma clara, além de implicar diretamente na segurança jurídica, garante que se houver seu descumprimento, as normas e atitudes face ao seu descumprimento se darão de forma mais efetiva, facilitando a identificação dos pressupostos constituintes da súmula e qual foi violado.

RATIO DECIDENDI

²⁷Luis Guilherme Marinoni diz ainda que “controvérsia, portanto, não é sinônimo de objeto sobre o qual se discute judicialmente, mas pertine à dúvida sobre a *ratiodecidenti* precedentes respeitando a tal objeto”. In **Precedentes obrigatórios**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 488.

²⁸Quando os julgados não geram *ratiodecidenti* clara ou objetivamente decifrável, é evidente que podem dar margem a grave insegurança jurídica, especialmente quando a questão constitucional puder dar origem a múltiplos processos. MARINONI, *Ibidem*, p. 489.

De acordo com Daleffi²⁹, a segurança jurídica da súmula vinculante seria muito maior se no bojo de sua criação houvesse uma tese que ensejasse a *rationedecidendi*³⁰ vinculando-a as decisões anteriores que motivaram sua criação, bem como a vinculação do juiz de primeiro grau.

No Brasil, as decisões têm a fundamentação jurídica e o dispositivo, mas em nada se assemelha a *rationedecidendi* *common law*, pois ela é algo a mais, justamente porque se importa não apenas com o caso em concreto e com efeito gerado às partes, mas com o reflexo a todos os jurisdicionados e, “se o dispositivo é acobertado pela coisa julgada, que dá segurança à parte, é a *rationedecidendi* que, com o sistema do *staredecisis*, tem força obrigatória, vinculando a magistratura e conferindo segurança aos jurisdicionados.

Com a utilização da *rationedecidendi* aplicação nas súmulas vinculantes, poderá se determinar quais as suas razões fundantes, bem como delimitar quais os fundamentos de sua criação.

A ausência da *rationedecidendi* é uma potencial geradora de insegurança jurídica, pois há um engessamento do entendimento, sendo posto de forma estanque- é assim, e pronto. Não dando espaço para entender a razão de sua existência; ou então restringindo o campo de atuação magistrado, sem a possibilidade de interpretação (e conseqüente aplicação do *overruling* e *distinguishing* que serão abordados em seguida).

Assim, de suma importância que a *rationedecidendi* seja aplicada nas súmulas vinculantes, para que esse verbete de observância obrigatória seja dotado dos elementos e motivos que o originou, dando clareza ao direito e possibilidade de argumentação, se o caso, promovendo maior segurança jurídica.

DISTINGUISHING

Distinguishing é uma técnica de aplicação, comparação e interpretação dos precedentes, que pode se dar de duas formas, quais sejam: o *distinguishing*-método, técnica

²⁹ DALLEFI, Nayara Maria Silverio da Costa. **Da segurança jurídica da súmula vinculante no Brasil: Contribuições/influências do sistema da *common Law* e *civil law***. 2. Ed. São Paulo: Leme, 2019, p. 175.

³⁰ A razão de decidir, numa primeira perspectiva, é a tese jurídica ou a interpretação da norma consagrada na decisão. De modo que a razão de decidir certamente não se confunde com a fundamentação, mas nela se encontra. Ademais, a fundamentação não só pode conter várias teses jurídicas, como também considerá-las de modo diferenciado, sem dar igual atenção a todas. MARINONI, 2010, p. 221-222.

que compara o caso *sub judice* e o paradigma; e o *dinstinguish*-resultado, técnica de não se aplicar o precedente pelo fato do caso a ser decidido apresentar certa peculiaridade, sendo possível, assim, a tomada de uma decisão independente. Trata-se de uma técnica com a finalidade de analisar de forma fundamentada a diferença do caso em tela com o precedente³¹.

Nós temos constantes mudanças no mundo jurídico, bem como a historicidade do direito se altera e costumes da sociedade também são modificados. É inconcebível defender que um precedente ou súmula vinculante, por exemplo, terá validade *ad eternum*, justamente por conta das mudanças advindas com a globalização, com as eras de mudanças.

Afirmar que uma súmula deve obrigatoriamente ser aplicada em todos os casos, porque versam sobre uma questão sumulada ainda vigente, ainda que não seja mais usual a sua aplicação pelo momento histórico em que se passa, é extirpar a segurança jurídica do ordenamento, é se apegar ao texto e a burocracia e não ao direito, escopo do Estado em que vivemos e de nossa Constituição.

O *distinguishing* possibilita que o julgado, de forma imparcial, disponha os motivos pelos quais não irá utilizar o precedente no caso em concreto, fundamentando sua decisão, mostrando a autoridade e o respeito aos precedentes e o porquê da não aplicação no caso em questão (DALLEFI, 2019, p. 186).³²

Claramente, para que se possa determinar se é o caso de utilização desse mecanismo, importante que se identifique preliminarmente a *ratio decidendi*³³, saber a razão e os fundamentos do *decisum* para então saber se é o caso ou não da aplicação da técnica da diferenciação.

A interpretação da *ratio decidendi* no caso específico e a análise se o caso de aplicar o *distinguishing* corrobora com a segurança jurídica ao passo que o magistrado, de forma fundamentada, aplicará ou não a súmula com base no direito objetivo da parte. Não se trata de declarar que a súmula é inconstitucional, mas que ao caso específico não deve ser

³¹DALLEFI, Nayara Maria Silverio da Costa. **Da segurança jurídica da súmula vinculante no Brasil: Contribuições/influências do sistema da *common law* e *civil law***. 2. Ed. São Paulo: Leme, 2019, p. 185.

³²DALLEFI, Nayara Maria Silverio da Costa. **Da segurança jurídica da súmula vinculante no Brasil: Contribuições/influências do sistema da *common law* e *civil law***. 2. Ed. São Paulo: Leme, 2019.

³³É intuitivo que, para aplicar a *ratio decidendi* a um caso, é necessário comparar o caso de que provém a *ratio decidendi* com o caso sob julgamento, analisando-se as suas circunstâncias fáticas. Isso significa uma diferenciação ou distinção de casos, que assume a forma técnica jurídica voltada a permitir a aplicação dos precedentes. Nesse sentido fala-se, no *common law*, em *distinguishing*.

O *distinguishing* expressa a distinção entre casos para o efeito de se subordinar, ou não, o caso sob julgamento a um precedente. A necessidade de *distinguishing* exige, como antecedente lógico, a identificação da *ratio decidendi* do precedente. Como a *ratio* espelha o precedente que deriva do caso, trata-se de opor o caso sob julgamento à *ratio* do precedente decorrente do primeiro caso. *Ibidem*, 2010, p. 326.

aplicada, merecendo a aplicação de outro precedente ou uma decisão inovadora. Se por uma eventualidade o precedente vinculante estiver em desuso, estaríamos falando em *overruling*, mecanismo tratado abaixo.

OVERRULING

Tanto na aplicação de um precedente quanto na não aplicação deve o julgador fundamentar a sua decisão com base no disposto no artigo 489, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 489. São elementos essenciais da sentença: [...]

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

[...]

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

O que o magistrado sempre deve buscar em suas decisões é a individualização do direito, fazendo a distinção quando necessário, desde que haja motivação. Todavia, quando não for mais possível a manutenção de um precedente diante das transformações ocorridas na sociedade, seja moral, política, tecnológica, havendo, portanto, modificação da jurisprudência sedimentada, ou, ainda, quando a regra estabelecida no precedente se torna impraticável, fala-se em *overruling*, cujo significado é revogação, por meio da superação³⁴.

Insta salientar que aderir ao mecanismo do *overruling* não significa que se possa criar e revogar, de forma simples, um precedente, ou então uma súmula vinculante, quando não mais julgar adequado. Seria incontroverso à vontade de se fazer valer um precedente e uma súmula, se puder ser revogado a qualquer tempo, como se fossem feitos de forma temporária. A revogação só deve se dar quando, de forma alguma, não se adéqua mais a

³⁴Um dos mecanismos pelos quais os juízes alteram ou, até mesmo, evitam a aplicação dos precedentes, é o chamado revogação (*overruling*). Este é o procedimento pelo qual [...] revoga um precedente. VIEIRA, Adréia Costa. **Civil law e common law** – os dois grandes sistemas legais comparados. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007, p.128.

realidade social³⁵ atendendo, assim, toda a sistemática buscada pelos precedentes judiciais, bem como a segurança jurídica buscada pelo ordenamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escopo do ordenamento jurídico desde os tempos mais remotos foi garantir uma uniformização das decisões e atingir a segurança jurídica.

Como dito alhures, vivemos em um Estado Democrático de Direito, e inerente a essência deste se tem o Princípio da Segurança Jurídica. Princípio este que visa a literal segurança do ordenamento, andando lado a lado com a justiça, para garantir a mais límpida aplicação da norma, respeitando os direitos individuais, transindividuais e metaindividuais, buscando uma estabilidade jurídica, com objetivo e consequência de eliminar as incertezas que permeiam o judiciário e que geram perplexidades, (más) surpresas e inseguranças.

Como sabemos, a meta suprema do Direito é atingir a Justiça, e a segurança jurídica corrobora diretamente para que se chegue o mais próximo possível do que consideramos Justiça e do ideal do direito.

Como ramificação do princípio da segurança, tem o princípio da confiança do indivíduo de direitos para com o Estado. Logo, quando se há uma maior previsibilidade das normas, uma mensurabilidade e positivação destas normas, o sujeito tende a ter a segurança jurídica cada vez mais atendida, bem como a confiança no Estado, ao sentir que tem seus direitos tutelados pelo Estado Democrático de Direitos.

A figura dos assentos, ao serem previstas no ordenamento jurídico nada mais queria do que estabilizar o direito e evitar discrepâncias nas cortes e das decisões, a ofensa à isonomia e divergências. Tanto é que por muitos anos tentou-se firmar este instituto, a fim de que prevalecesse no ordenamento, para que tivesse um único posicionamento quando estes fossem firmados e transcritos no Livro Verde (ou também chamado Livro dos Assentos).

³⁵Um precedente deixa de corresponder aos padrões de congruência social quando passa a negar proposições morais, políticas e de experiência. Essas proposições aparecem no raciocínio do *common law* exatamente quando se mostram relevantes para a elaboração, para a aplicação ou para a mudança de um precedente. As proposições morais determinam uma conduta como certa ou errada a partir do consenso moral geral da comunidade, as proposições políticas caracterizam uma situação como boa ou má em face do bem estar geral e as proposições de experiência dizem respeito ao modo como o mundo funciona, sendo que a maior classe dessas últimas proposições descreve as tendências de condutas seguidas por subgrupos sociais. MARINONI, 2010, p. 390-391.

Com a retirada dos assentos uma nova figura surgiu para que pudesse se fazer valer o direito de forma uniforme, como forma de orientação a ser seguida, as súmulas. Anos depois se aprimora ainda mais o instituto das súmulas, trazendo ao ordenamento as súmulas vinculantes.

Com o intuito de garantir a norma uma efetividade *erga omnes* a serem observadas pelos tribunais e cortes, as súmulas foram positivadas, isto é, incluídas de forma expressa no Direito Brasileiro.

A primeira previsão expressa se deu no antigo Código de Processo Civil (1973), mas de forma singela. Com a historicidade e com a incessante vontade de se atingir um Direito sem variantes- e a busca da segurança jurídica- alcançando-se uma unicidade da jurisprudência, no ano de 2015, o Novo Código de Processo Civil, além de trazer o instituto dos precedentes, da resolução célere e econômica do processo, previu, em vários de seus artigos a observação ou dever de aplicação das súmulas quando estas devam se operar.

Contudo, pela própria essência trazida pela segurança jurídica, tais normas, ainda que positivadas, podem ser alteradas, desde que atendidos os requisitos inerentes à modificação, posto que o engessamento do direito e a imutabilidade de uma norma, pela busca da segurança poderia gerar a própria insegurança jurídica, em razão das mudanças características do próprio direito e do ser humano.

A previsibilidade das súmulas no novo CPC, assim, consolida que o intento deste códex é firmar entendimentos (diferente de estáticos *ad eternum*), para que não se tenha divergências no ordenamento jurídico, seja entre juízes, tribunais e suas decisões, garantindo que o direito não seja uma variante, em que, em cada lugar garantirá ou não o direito do indivíduo. A segurança jurídica reside nesta previsibilidade, ao passo que reforça que o julgador deverá observar o que vem sendo entendido majoritariamente, sob pena de ter sua decisão revisada por órgão de instância maior, em atendimento ao princípio da isonomia.

O fim almejado pelas súmulas não foi de engessar o direito e seu aplicador, o juiz, mas demonstrar a este que inexistente razão para que se decida, ou aplique desnecessariamente a hermenêutica jurídica, ou que deixe o processo ter um início, um meio e um fim, quando o entendimento sobre determinada matéria pleiteada já tenha sido decidido nos âmbitos do Tribunal, do Superior Tribunal de Justiça ou do STF, em sede de súmula persuasiva ou vinculante, em razão dos princípios norteadores do atual processo civil, quais sejam: a celeridade processual, a uniformização de decisões, a economia processual, a isonomia entre

as partes, a rápida solução de litígios com finalidade de se eliminar a morosidade do judiciário e as proposituras de demandas repetitivas, garantindo ao jurisdicionados um direito mais límpido e certo, sem riscos das mais variadas decisões e da demora na satisfação jurisdicional, chegando-se cada vez mais perto do que se busca: a efetiva justiça.

Para, por fim, se ter uma maior aplicação da segurança jurídica e garantir de forma mais efetiva e isonômica a aplicação de súmulas em nosso ordenamento, a utilização dos mecanismos dos precedentes- *ratio decidendi*, *distinguishing* e *overruling*- na construção e aplicação das súmulas, em especial, as vinculantes, levando em consideração que o atual código de processo civil busca a aplicação e disseminação dos precedentes judiciais (ainda que diferentes na estrutura e criação dos ditos precedentes da *common law*).

Desta forma, conclui-se, que à medida que se tem a previsão das súmulas no ordenamento jurídico, ainda mais no Código de Processo Civil vigente, garante-se de forma ainda mais irrestrita e ampla a efetivação “expressa” do Princípio da Segurança Jurídica, garantindo o *status* de Estado Democrático de Direito e todos os direitos e deveres inerentes, desde que aplicados às súmulas os mecanismos do precedente, para evitar o engessamento do juiz ante a súmula e o ferimento dos direitos dos jurisdicionados.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Humberto. **Segurança Jurídica: entre permanência, mudança e realização no direito tributário.** São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. **Teoria do precedente judicial: a justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais.** São Paulo: Noeses Editora, 2012.

CROSS, Rupert; HARRIS, J. W. *Precedent in english law.* Oxford: Ed. Enlarged, 1991.

DALLEFI, Nayara Maria Silverio da Costa. **Da segurança jurídica da súmula vinculante no Brasil: Contribuições/influências do sistema da *common law* civil law.** 2. Ed. São Paulo: Leme, 2019.

FRANZÉ, Luis Henrique Barbante. **Agravo frente aos pronunciamentos de primeiro grau no processo civil.** São Paulo: Juruá, 2012.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O federalista.* Minas Gerais: Editora Líder, 2003.

LIMA, Tiago Asfor Rocha. Primeiras impressões sobre os Precedentes Judiciais no Projeto do Novo Código de Processo Civil. In: **Revista Legislativa**, vol. 48, nº 190, tomo II, p. 279-291. São Paulo, abr/jun.2011.

MANCUSO, Rodolfo de Carmargo. **Divergência jurisprudencial e súmula vinculante**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MARINONI, Luis Guilherme. **Precedentes obrigatórios**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. Julgamento nas cortes supremas: precedentes e decisão do recurso diante do novo CPC. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MEDEIROS, Mônica Jaqueline Sifuentes. **Súmula Vinculante: Um estudo sobre o poder normativo dos tribunais**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 17ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

MITIDIERO, Daniel. **Cortes Superiores e Cortes Supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NETO, Osly da Silva Ferreira. **Os assentos no direito português e as súmulas no direito brasileiro: efetividade, segurança e imobilidade**. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/osly_da_silva_ferreira_netto.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

PANUTTO, Peter. **Precedentes judiciais vinculantes: o sistema jurídico-processual brasileiro antes e depois do código de processo civil de 2015 (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015)**. 1ª ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

REIS, Antonio Carlos Palhares Moreira. **A súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal**. Brasília: Editora Consulex, 2009.

SÁ, Djanira de. **Súmula vinculante: análise crítica de sua adoção**. Belo Horizonte: Editora Livraria Del Rey, 1996.

SOMARNI, Alexandre; SANTANDER, Nelson Luis. **Súmula vinculante: um estudo à luz da emenda constitucional 45 de 2004**. São Paulo: Juruá, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme. Julgamento nas cortes supremas: precedentes e decisão do recurso diante do novo CPC. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

STRECK, Lênio Luiz. **Súmulas no direito brasileiro: Eficácia, poder e função. A ilegitimidade constitucional do efeito vinculante**. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1998.

VIEIRA, Adréia Costa. **Civil law e common law** – os dois grandes sistemas legais comparados. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; et al. **Primeiros comentários ao novo código de processo civil**: artigo por artigo. 1. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Submetido em 20.09.2019

Aceito em 30.09.2019